



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VITOR MANOEL GOMES DE MENDONÇA

**A CONTABILIDADE E O PRODUTOR RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA
DO MICROCRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

VITOR MANOEL GOMES DE MENDONÇA

**A CONTABILIDADE E O PRODUTOR RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA
DO MICROCRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Rural

Orientador: Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M539c Mendonca, Vitor Manoel Gomes de.

A contabilidade e o produtor rural: uma investigação acerca do microcrédito rural do PRONAF no município de Campina Grande/PB. [manuscrito] / Vitor Manoel Gomes de Mendonca. - 2023.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

1. Contabilidade rural. 2. Microcrédito rural. 3. PRONAF. I.

Título

21. ed. CDD 657.863

VITOR MANOEL GOMES DE MENDONÇA

A CONTABILIDADE E O PRODUTOR RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DO
MICROCRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

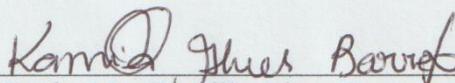
Área de concentração: Contabilidade Rural

Aprovada em: 20/06/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Kamilla Alves Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Amanda Paulino Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	DESENVOLVIMENTO	06
2.1	Ciclo de políticas públicas: o processo de avaliação	06
2.2	O Pronaf como política pública	07
2.1.1	<i>Linhas de crédito do Pronaf: o microcrédito rural</i>	07
2.3	Estudos correlatos	08
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	09
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	10
4.1	Dados referentes ao respondente	10
4.2	Dados referentes à propriedade	10
4.3	Quanto à contabilidade e o Pronaf	12
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS	19
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)	21
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	22

A CONTABILIDADE E O PRODUTOR RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DO MICROCRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

ACCOUNTING AND THE RURAL PRODUCER: AN INVESTIGATION ABOUT PRONAF RURAL MICROCREDIT IN THE MUNICIPALITY OF CAMPINA GRANDE/PB

Vitor Manoel Gomes de Mendonça¹

RESUMO

Constituída como uma das principais ferramentas para o controle gerencial das propriedades, a Contabilidade Rural é desconhecida pelos produtores. À vista disso, o artigo propõe investigar a percepção do uso da contabilidade pelos produtores rurais contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Campina Grande no Estado da Paraíba. Para tanto, a metodologia classificou-se como descritiva como forma de atingir os objetivos propostos, estudo de campo quanto aos procedimentos, quantitativa quanto a sua abordagem e, quanto ao instrumento para coleta de dados, aplicação de questionário de forma presencial e no meio eletrônico através do *Google Forms*, com emprego de questões objetivas e discursivas, divididas em três seções, sido obtidas 31 respostas. Em síntese, observou-se escassos aplicações de instrumentos contábeis, visto o insuficiente conhecimento acerca da Contabilidade Rural. Quanto ao Pronaf, observou-se o emprego para os investimentos na propriedade, considerando que não houve adversidades durante a utilização e controle dos financiamentos. Apesar da maioria não apresentar dificuldade na liberação dos créditos, foram mencionados aspectos para aperfeiçoamento do programa, como a redução da burocracia e o aumento do valor do crédito. Percebeu-se, portanto, o fundamental papel desempenhado pelo programa estudado como meio de incentivo para os pequenos produtores rurais, no qual requer solicitude para atuar à essa população. Como limitação da pesquisa, destaca-se o baixo índice de respondentes e a amostra centralizada em uma localidade do município estudado.

Palavras-Chave: contabilidade rural; Pronaf; microcrédito rural.

ABSTRACT

Constituted as one of the main tools for the managerial control of properties, Rural Accounting is unknown by producers. In view of this, the article proposes to investigate the perception of the use of accounting by rural producers contemplated with the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) in the municipality of Campina Grande in the State of Paraíba. Therefore, the methodology was classified as descriptive as a way to achieve the proposed objectives, field study regarding the procedures, quantitative regarding its approach and, regarding the instrument for data collection, application of a questionnaire both in person and electronically. through *Google Forms*, using objective and discursive questions, divided into three sections, 31 responses were obtained. In summary, it was observed scarce applications of accounting instruments, given the insufficient knowledge about Rural Accounting. As for Pronaf, employment was observed for investments in the property, considering that there were no adversities during the use and control of financing. Although the

¹ Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: vitor.mendonca@aluno.uepb.edu.br

majority did not present difficulties in releasing credits, aspects for improving the program were mentioned, such as reducing bureaucracy and increasing the amount of credit. Therefore, the fundamental role played by the studied program was perceived as a means of incentive for small rural producers, in which solicitude is required to act with this population. As a limitation of the research, the low rate of respondents and the sample centered in one location of the municipality studied stand out.

Keywords: rural accounting; Pronaf; rural microcredit.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), em 2020, o agronegócio contribuiu com 26,6% para o Produto Interno Bruto (PIB), se mantendo, dessa forma, como uma das maiores contribuições para a economia do país. (Cepea/USP; CNA, 2021).

Além disso, em meio a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o agronegócio obteve seu recorde de crescimento anual em 2020, com um avanço no PIB de 24,31% em relação a 2019, efetivando assim a relevância desse setor mesmo em uma das maiores adversidades do século (Cepea/USP; CNA, 2021).

De maneira análoga, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo Agropecuário de 2017, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil são caracterizados como agricultura familiar. Do mesmo modo, das 2.431 propriedades rurais do município de Campina Grande - PB, 65,2% correspondem à agricultura familiar. Assim, é primordial a adoção de medidas que incentivem os pequenos produtores a viabilizarem seus negócios (IBGE, 2017).

Neste contexto, como uma maneira de promover o “aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”, o Decreto nº 1.946 de 1996 criou o pioneiro Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que surgiu para auxiliar os produtores rurais com financiamentos para custeio e investimentos em suas produções (BRASIL, 1996).

O Pronaf é distribuído em diversas linhas de créditos das quais o Microcrédito Rural se destina aos “agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” (BNDES, ca. 2020). Com isso, os agricultores de menor renda possuem acesso aos financiamentos de atividades agropecuárias ou não em suas propriedades ou áreas comunitárias rurais, desde que possam gerar renda para a família beneficiada.

No entanto, uma das principais ferramentas que auxiliam na tomada de decisão em relação a captação de recursos de terceiros é negligenciada: a Contabilidade Rural. Considerada, comumente, “como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno na prática” como analisado por Crepaldi (2016), a carência ou inexistência das informações de qualidade que a contabilidade é capaz de proporcionar, pode ser o componente primordial para a alavancagem da propriedade.

Diante deste cenário surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção do uso da contabilidade pelos produtores rurais contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Campina Grande/PB?**

Para responder a referida questão, este estudo possui como objetivo geral investigar a percepção do uso da contabilidade pelos produtores rurais contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Campina Grande no Estado da Paraíba. Com isso elaborou-se os seguintes objetivos específicos: (i) analisar o

perfil dos agricultores participantes da amostra; (ii) investigar o uso (ou não) da contabilidade pelos produtores rurais; (iii) evidenciar o resultado do emprego da contabilidade na captação de recursos; (iv) identificar o impacto do Pronaf como fomento à atividade rural na percepção dos produtores.

Estudos acerca desse programa vêm sendo debatidos por diferentes autores, tais como: Gomes (2012); Pereira e Nascimento (2014); Zani e Costa (2014); Nês (2016); Abreu (2017); Beltrame e Pereira (2017); Rodrigues (2019); Magella e Silva (2019); Troian e Machado (2019); Fossá et al. (2020); Cruz et al. (2020); Marin (2020); entre outros autores que trouxeram a temática à novas perspectivas.

Dessa forma, visto a representatividade econômica do agronegócio, principalmente a agricultura familiar, a presente pesquisa, justifica-se pela necessidade latente em apresentar aos produtores rurais uma ferramenta que pode auxiliar na gestão de suas propriedades. Logo, os resultados expostos através do estudo, são pertinentes e contribuirão para o alinhamento entre o trabalho prático dos agricultores associado a uma gestão estratégica.

Este trabalho está estruturado em sessões. Além da presente introdução, constam o referencial teórico, seguida da metodologia da pesquisa, atingindo assim as considerações finais e por fim, as referências.

2 DESENVOLVIMENTO

De maneira a avaliar o Pronaf no âmbito dos agricultores familiares, esta pesquisa se baseia no canônico ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) como observado por Zani e Costa (2014). Com uma apresentação no que tange a fase de avaliação do ciclo de políticas públicas, o referencial teórico segue observando o Pronaf como política pública, suas linhas de créditos com o enfoque no microcrédito rural, por fim retrata dos estudos anteriores dessa temática.

2.1 Ciclo de políticas públicas: o processo de avaliação

Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28) definem que, a política pública “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Com isso, os autores observam que cada política transita por diversas etapas, que são: inclusão na agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação. Analogamente, esse modelo é uma adaptação do precursor dessa abordagem, Harold Lasswell (1971, apud Raeder, 2014) que também dividiu o processo em sete estágios. Vale ressaltar que, como observado por Raeder (2014), é imprescindível evidenciar a compreensão por meio desses modelos, ao invés de segui-los de maneira rígida, visto que as políticas possuem característica próprias.

No que refere a etapa de avaliação, Saravia e Ferrarezi (2006) estabelecem que esse processo envolve a mensuração e análise, posteriormente, dos efeitos causados pelas políticas públicas, no que tange seus objetivos alcançados e seus reflexos. Raeder (2014) tem por ótica que, as avaliações encerram o ciclo da política pública, de maneira que seus diagnósticos sirvam de melhorias das atividades em curso e de auxílio para a origem de um novo ciclo.

Em consonância a isso, Secchi (2012, apud Caetano; Stoll; Helfenstein, 2020, p. 31) constata que esse processo consiste em “examinar os resultados obtidos durante a vigência de uma política, a fim de estabelecer se essa foi efetiva ou não em mitigar o problema público que lhe deu origem”. Dessa forma, o autor ressalta nessa etapa a conclusão dos efeitos produzidos pela política e, com isso, traçar se os propósitos de sua origem foram atingidos.

Como maneira de obter tais resultados, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) elaborou um guia de metodologia que trata de diversas orientações de pesquisas e satisfação do cidadão-usuário, de acordo com os paradigmas e métodos do Decreto

nº 6.932 de 2009. Em meio a tentativa de aproximação do Estado e a sociedade, o guia surgiu de modo a estimular o “envolvimento e a participação do cidadão-usuário de serviços públicos em todas as fases de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos e/ou bens públicos, tornando a administração pública mais transparente e responsável” (BRASIL, 2013). Portanto, tal guia auxiliará esta pesquisa como forma de avaliar a política pública conhecida como Pronaf.

2.2 O Pronaf como política pública

Instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surge como auxílio ao fomento ao pequeno produtor rural (BRASIL, 1996). Conforme define o Manual de Crédito Rural (MCR), conforme consolidação da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.889/2021 art. 1º, esse programa “destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (BACEN, 2021, p. 130).

Com a inserção dessa política, os agricultores familiares estariam incorporados ao mercado de crédito e dessa forma, como apontam Pereira e Nascimento (2014, p. 142), essa ação política “contribuiu para ampliar a compreensão sobre a importância da agricultura familiar tanto no âmbito dos governos quanto da sociedade”. Panorama igualmente observado por Mattei (2006) que, além do seu caráter econômico e social, o programa se destacou em meio a outros setores da sociedade brasileira, devido a característica do sistema produtivo da agricultura familiar em promover a inclusão social em meio a produção nacional.

Para lograr desses predicados, o referido programa ao completar 25 anos de criação passou por significativas mudanças para adequações ao longo do tempo. Contudo, como ressalta Troian e Machado (2020) em uma análise da evolução e distribuição do programa entre os anos de 1999 e 2017, ainda existe alterações que devem ser feitas na política do projeto.

Conforme evidenciada pela Cartilha de Acesso ao Pronaf (2012), uma das principais vantagens do programa são as baixas taxas de juros de financiamentos rurais, que podem variar entre 0,5% a 4,5% ao ano. Além disso, desde sua criação, a Cartilha destaca que o Pronaf registra as menores taxas de inadimplência entre os programas de crédito do Brasil.

Isto torna-se motivo de enaltecimento como demonstra a matéria da revista Valor Econômico em 2016, “Pronaf completa 20 anos com baixa inadimplência”. Em seu artigo essa taxa correspondia abaixo de 1% em mais de 27 milhões de contratos e R\$ 170 bilhões de créditos concedidos ao longo desse período. Saliencia-se que este é um índice geral, o que não reflete para todos as localidades, como constata Santos (2009) em seu estudo no município de Barra (BA), uma das cidades com maior taxa de inadimplência em uma linha do Pronaf. Em sua pesquisa, alguns fatores associados a isso puderam ser elencados, tais como: insuficiente e inadequada assistência técnica; estiagens; baixo grau de instrução e capacidade técnica; desvios de finalidade de crédito; falta de comprometimento; entre outros.

2.2.1 Linhas de crédito do Pronaf: o microcrédito rural

Significativamente, o Pronaf evoluiu desde sua implantação em 2002. Como observado pela supracitada Cartilha de Acesso ao Pronaf (2012), o programa apresenta cinco categorias básicas e diversas linhas que apresentam características para melhor enquadramento das classes sociais. A presente pesquisa se restringirá ao microcrédito rural e, conseqüentemente, ao grupo B.

Conforme definido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), se enquadram nesse grupo os agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de sua localidade.

Com uma taxa de juros de 0,5% ao ano, essa linha de crédito possui limite do financiamento de R\$ 5 mil (individual) ou R\$ 15 mil (por família). Sua concessão fica condicionada ao efetivo pagamento do financiamento anterior (BNDES). Apesar do baixo limite, como demonstram Toneto Jr. e Gremaud (2002), com a concessão do crédito a população de baixa renda há o incentivo ao empreendedorismo, oferecendo assim meios para o obter fatores de produção utilizado no “autoemprego” e no “autossustento”.

Os autores também observam que por ser tratar de empréstimos de pequeno valor, os custos de transação tendem a serem mais elevados. Além disso o microcrédito também apresenta limitações como qualquer outra transação financeiras, tais como: “informação assimétrica, custos de transação, racionalidade limitada e oportunistas dos agentes” (TONETO JR e GREMAUD, 2002, p. 92).

Portanto, tendo em vista a carência dos pequenos produtores rurais, a linha microcrédito rural do Pronaf veio como forma de amparar esse grupo antes desprovido de políticas públicas que corroborassem para o incentivo de sua produção. Entretanto, vale salientar que do mesmo modo que outras transferências de recursos, essa também possui suas limitações.

2.3 Estudos correlatos

Alguns autores promoveram estudos sobre a temática supracitada. Almeida (2012) evidencia em sua pesquisa que a contabilidade rural é um modelo gerencial, o qual auxilia no planejamento e na tomada de decisão. A autora define que a contabilidade rural, atua em várias vertentes como custos e controladoria. Paralelo a isso, em sua análise, ressalta que, a contabilidade rural, pode ser considerada um novo segmento para produtores conhecerem suas necessidades. Contudo, ainda é preciso profissionais qualificados nesse ramo de atuação.

Segundo Vilckas (2004), as pequenas empresas possuem, de forma geral, uma limitação no que diz respeito a disponibilidade de profissionais capacitados e recursos financeiros. Fatores que interferem diretamente na gestão das empresas. Ademais, a elaboração de um planejamento rural é um processo desafiador, visto que, estão sujeitos a fatores como clima e sazonalidade de ciclos de produção. Somado a isto, a globalização, impõe a reestruturação, para que seja alinhado qualidade a produtividade.

Desafio também constatado por Almeida e Borges (2020), no qual em sua pesquisa verificaram que os produtores rurais apresentaram resistências ao empregar os instrumentos contábeis para controle, gerenciamento e planejamento das propriedades, vista apenas como uma incumbência ao invés de usufruir para aprimoramento e gestão do negócio. Eles ressaltam ainda o notório auxílio que esses instrumentos da contabilidade são capazes de produzir no aprimoramento da produção, entre eles na obtenção de investimentos.

Como observado por Fossá et al. (2020), em seu estudo do acesso e distribuição do Pronaf em Santa Catarina, demonstraram a significativa concentração de recursos em um número cada vez menor de agricultores familiares ao longo dos anos, assim como em poucas culturas de plantio no Estado. Apesar de atribuir algumas ressalvas – como a falta do financiamento em torno de outras linhas do programa, por exemplo – os autores asseguram a fundamental importância ao fomento do debate em torno desse tema.

Do mesmo modo discorrem Troian e Machado (2019), que reconhecem sua relevância, mas observam que o Pronaf necessita de uma reformulação para atender de maneira homogênea todas as regiões e seus beneficiários. Visto que, em sua pesquisa analisaram a trajetória do

programa e concluíram que entre 1999 e 2002 apresentou uma alta concentração de recursos na região Sul, posteriormente foram melhores distribuídos entre 2003 e 2006, devido a expansão do número de contratos para as regiões Nordeste, Sudeste e Norte, contudo a partir de 2007 novamente retoma a concentração dos recursos na região Sul.

Em relação à presença dos agentes financeiros, Magella e Silva (2019) destacam o despreparo diante de reclamações da burocracia e morosidade dos processos, assim como a incompreensão do Pronaf como, além de produto bancário, uma política pública. Outrossim, Zani e Costa (2014) também destacam deficiências quanto ao acompanhamento técnico dos agricultores na concepção do projeto e aplicação do crédito, possibilitando, segundo os autores, desequilíbrios regionais em sua distribuição, uso inadequado de técnicas pelos agricultores, insciência acerca dos procedimentos do programa e das políticas vinculadas.

Contudo, vale ressaltar o Pronaf como forma de política pública exclusiva da agricultura familiar. Como salientam Pereira e Nascimento (2014), esse programa contribuiu para a consolidação da concepção de agricultura familiar no Brasil, assim como para o reconhecimento e legitimação do segmento, representando uma ruptura diante de outros países desenvolvimentos que enfatizaram as políticas às grandes propriedades em detrimento da produção familiar. Similarmente, Abreu (2017), Müller, Silva e Schneider (2012) e Mattei (1998) observam o potencial dessa política específica em estimular a economia local em regiões desconsideradas no processo de modernização rural no Brasil.

Em síntese, os estudos apresentados, apresentam a importância da contabilidade rural, como ferramenta de gestão para o pequeno produtor. Similarmente, outros estudos destacam a relevância do programa. Dessa forma o debate da temática, tem por objetivo demandar melhorias em seu processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada em três aspectos: quanto aos objetivos, aos procedimentos, e abordagem.

De forma a atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa classifica-se como descritiva. Como definido por Gil (2002), este aspecto observa primordialmente a representação das características de um determinado grupo – neste caso dos agricultores adeptos aos recursos do microcrédito rural do Pronaf no município de Campina Grande, na Paraíba – empregando técnicas padronizadas de coleta de dados.

Concomitante a isso, quanto aos procedimentos se efetuou um estudo de campo, recorrendo a aplicação de questionário previamente estruturado, embasado essencialmente no trabalho de Nês (2016) e Oliveira (2017) devido suas características análogas de suas pesquisas. Foram empregadas questões objetivas e discursivas dispostas em dados acerca do perfil, propriedade, contabilidade e do contexto do programa analisado, distribuídas no município estudado de forma presencial e no meio eletrônico através do *Google Forms*. Referente a coleta dos dados, o questionário foi aplicado durante o mês de maio de 2023 nas comunidades São José da Mata/Centro, sítios Monte Alegre, Assentamento Eufrazino, Capim Grande, Grotão, Serrotoão, Félix Amaro, Gaspar, Cajazeiras e Boi Velho. Foram obtidos 31 questionários respondidos.

Posterior a coleta dos dados, empregaremos a estatística descritiva na forma inferencial ou indutiva na análise dos resultados. Como define Bruni (2007, p. 4), esse modo “representa o estudo dos dados de amostras com o objetivo de entender o comportamento do universo”, à vista disso pretendendo constatar a percepção dos produtores acerca do Pronaf.

Este estudo caracteriza-se como o desenvolvimento da pesquisa “por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2002, p. 53). De maneira

a auxiliar na percepção, complementa-se com a análise e revisão na literatura acerca do assunto percorrido.

Quanto a sua abordagem, a estrutura metodológica empregada foi a quantitativa em virtude da análise e interpretação dos resultados obtidos. Conforme Prodanov e Freitas (2013) essa categoria apresenta como característica o emprego de recursos e técnicas de estatística, visando a obtenção quantitativo dos conhecimentos alcançados pelo pesquisador.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e a devida discussão da pesquisa estão segmentadas em três partes, sendo elas: referente aos dados do respondente, posteriormente a sua propriedade e por fim em relação à contabilidade e o Pronaf.

4.1 Dados referentes ao respondente

Inicialmente se verificou o perfil dos indivíduos, buscando identificar as características dos respondentes em relação a idade, gênero e nível de escolaridade.

Foram coletadas 31 respostas ao questionário, sendo considerados 17 do gênero feminino e 14 do masculino. Quanto a faixa etária, houve uma predominância dos anos 34 a 49 (61%), seguido por 18 a 33 anos (19%), 55 a 81 anos (13%) e 50 a 65 anos (5%).

Em relação ao nível de escolaridade, observou-se que a maioria não finalizou o ensino fundamental (39%). Uma parcela atingiu o ensino médio (23%) e outra não obteve instrução (19%). Os demais seguem-se com ensino fundamental completo (13%), ensino médio incompleto (6%), ensino superior incompleto (0%) e ensino superior completo (0%).

Dessa forma verificou que a pesquisa concentrou em um perfil de entre 34 a 49 anos, gênero prevalecente feminino, com baixo grau de escolaridade.

4.2 Dados referentes à propriedade

Em relação a localidade da propriedade, todos os respondentes pertencem ao município de Campina Grande, Paraíba. Verificou uma concentração na parte rural da Zona Oeste da cidade, em particularidade aos distritos de São José da Mata e Catolé de Boa Vista.

A segunda parte apresenta característica das propriedades em que atuam, sendo elas: em relação à posse e uso da terra, trabalhadores na propriedade (familiares e terceiros), tempo de exercício da atividade, faturamento bruto anual, principal exploração de culturas e animais e o tamanho das terras.

Inicia-se o questionário caracterizando a posse, uso e o tamanho das propriedades.

Tabela 1: Quanto à posse, uso e tamanho das propriedades

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Quanto à posse e uso da terra, é:	Proprietário	13	41,9%
	Arrendatário	18	58,1%
TOTAL		31	100%
Tamanho das propriedades rurais:	De 1 a 5 hectares	15	48,4%
	De 6 a 10 hectares	9	29,0%
	De 11 a 15 hectares	2	6,5%
	De 16 a 20 hectares	5	16,1%
	Acima de 20 hectares	0	0,0%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 1 verifica-se que a maior parcela é arrendatária (58,1%), na qual se dispõe a produzir em terras de outros. Assim como a notória prevalência da quantidade mínima de hectares, das quais 48,4% produzem de 1 a 5 hectares e por seguinte de 6 a 10 hectares com 16,1%. Com isso, observa-se a dominância das pequenas propriedades rurais na amostra pesquisada.

A Tabela 2 apresenta os indivíduos que trabalham na propriedade considerando os familiares e, posteriormente, os terceiros.

Tabela 2: Pessoas que trabalham na propriedade

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Pessoas que trabalham na propriedade (você e familiares):	Até 3 pessoas	14	45,2%
	De 3 a 5 pessoas	12	38,7%
	Acima de 5 pessoas	5	16,1%
TOTAL		31	100%
Terceiros que trabalham na propriedade:	Nenhum	17	54,8%
	Até 3 pessoas	12	38,7%
	De 3 a 5 pessoas	2	6,5%
	Acima de 5 pessoas	0	0,0%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quanto o emprego de trabalhadores, observa-se na tabela 2 que 45,2% dos entrevistados operam com até 3 pessoas (considerando nesse cenário os familiares e o próprio indivíduo), 38,7% de 3 a 5 pessoas e acima de 5 pessoas apenas 16,1%.

Em relação a utilização de serviços de terceiros, 54,8% afirmaram que não possuíam nenhum trabalhador, 38,7% trabalham com até 3 pessoas, de 3 a 5 pessoas apenas 6,5% e acima de 5 pessoas ninguém respondeu.

A Tabela 3 expõe o tempo de atividade em exercício pelos respondentes.

Tabela 3: Tempo de exercício da atividade

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
A quanto tempo exerce essa atividade?	Menos de 1 ano	0	0,0%
	De 1 a 5 anos	0	0,0%
	De 6 a 10 anos	5	16,1%
	Acima de 10 anos	26	83,9%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Assim, identificou-se o predomínio dos que possuem acima de 10 anos (83,9%) exercendo a atividade na agropecuária. Em seguida os que trabalham de 6 a 10 anos com 16,1% e as demais faixas não obtiveram respostas.

Através da próxima pergunta buscou-se identificar o faturamento bruto anual.

Tabela 4: Faturamento bruto anual

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Faturamento bruto anual:	Até R\$ 7.812,00	15	48,4%
	De R\$ 7.812,01 até R\$ 15.624,00	13	41,9%
	De R\$ 15.624,01 até R\$ 31.248,00	1	3,2%
	De R\$ 31.248,01 até R\$ 46.872,00	0	0,0%
	De R\$ 46.872,00 até R\$ 62.496,00	0	0,0%
	Acima de R\$ 62.496,01	0	0,0%
	Não sabem/não responderam	2	6,5%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No que concerne o faturamento bruto anual, verificou-se que: 48,4% faturaram até R\$ 7.812,00 e 41,9% de R\$ 7.812,01 até R\$ 15.624,00. No qual confere que, resumidamente, aproximadamente metade dos entrevistados obtiveram em média até meio salário mínimo mensal (considerando o salário mínimo de R\$ 1.302,00) e a outra metade até um salário mínimo mensal.

A seguir apresenta-se as principais culturas e animais trabalhados nas propriedades dos respondentes.

Tabela 5: Principais explorações de culturas e animais

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Principais explorações de culturas e animais: (pode-se marcar mais de uma alternativa):	Fumo	0	0,0%
	Feijão	30	96,8%
	Milho	30	96,8%
	Arroz	0	0,0%
	Banana	0	0,0%
	Aves	19	61,3%
	Bovinos	22	71,0%
	Suínos	19	61,3%
	Ovinos (carneiros)	9	29,0%
	Caprinos (cabras)	3	9,7%
	Outro	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em relação as principais explorações de culturas e animais, identificou-se que, como demonstrado na tabela 5, quase a totalidade exploram o cultivo de feijão (96,8%) e milho (96,8%). E quanto a pecuária, 71,0% afirmaram que trabalham com bovinos, 61,3% com aves, com ovinos 29,0%, caprinos 9,7% e outro não obteve resposta.

4.3 Quanto à contabilidade e o Pronaf

A última seção do questionário buscou verificar a percepção dos contadores quanto à contabilidade e o Pronaf, iniciando pela pergunta quanto a participação de alguma qualificação no gerenciamento de recursos de terceiros, assim como os órgãos que o realizam.

Tabela 6: Treinamentos/cursos/palestras sobre a temática

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Já participou de treinamentos/cursos/palestras para a qualificação no gerenciamento de recursos de terceiros (financiamentos, empréstimos ou afins)?	Sim	20	64,5%
	Não	11	35,5%
TOTAL		31	100%
Em caso afirmativo da questão anterior, qual (is) órgão (ãos) proporcionou (aram) esse treinamento? (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Empaer	19	61,3%
	Prefeitura	1	3,2%
	Senar	0	0,0%
	Sindicato	2	6,5%
	Cooperativa/Empresa	1	3,2%
	Sebrae	0	0,0%
	Banco do Nordeste	9	29,0%
	Banco Bradesco	1	3,2%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 6 observa-se que a maioria obteve algum treinamento/curso/palestra para aprimoramento no gerenciamento de recursos de terceiros (64,5%), enquanto 35,5% não tiveram. Destaca-se ainda os órgãos da Empaer (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária) (61,3%) e Banco do Nordeste (29,0%) que proporcionaram tais ferramentas a esses produtores.

No próximo questionamento observa-se o nível de satisfação quanto ao conhecimento sobre a Contabilidade Rural.

Tabela 7: Conhecimento sobre a Contabilidade Rural

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Em geral, qual é seu nível de satisfação quanto ao conhecimento sobre a Contabilidade Rural?	Muito satisfeito	2	6,5%
	Mais ou menos satisfeito	1	3,2%
	Nem satisfeito, nem insatisfeito	3	9,7%
	Mais ou menos insatisfeito	4	12,9%
	Muito insatisfeito	21	67,7%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em relação ao nível de satisfação do conhecimento sobre a Contabilidade Rural, a principal parcela expressou que estariam muito insatisfeitos (67,7%), seguida de mais ou menos insatisfeitos (12,9%). As demais são, respectivamente: Nem satisfeito, nem insatisfeito com 9,7% dos respondentes, 3,2% mais ou menos satisfeitos e 6,5% muito satisfeitos.

A seguir expõe os dados quanto os instrumentos de controle utilizados pelo estabelecimento.

Tabela 8: Instrumentos de controle para o estabelecimento

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Informações utilizadas internamente pelo seu estabelecimento: (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Controle de fluxo de caixa	2	6,5%
	Controle de contas a pagar aos fornecedores	4	12,9%
	Controle de contas a receber dos clientes	6	19,4%
	Controle e acompanhamento dos estoques	0	0,0%
	Controle e acompanhamento de custos	1	3,2%
	Controle de saldos bancários	3	9,7%
	Controle de dívidas com impostos/água/luz/telefone/etc.	9	29,0%
	Controle da necessidade ou sobra de dinheiro em período futuro	2	6,5%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quanto aos instrumentos de controle utilizados internamente na condução do negócio, 29,0% afirmaram utilizar o controle de dívidas com impostos/água/luz/telefone/etc. e 19,4% o controle de contas a receber dos clientes. Vale ressaltar que apenas um indicou que utiliza o controle e acompanhamento de custos e dois que utilizam o fluxo de caixa.

Posteriormente, foram questionados quanto o controle do endividamento para fim de análise na captação de novos financiamentos.

Tabela 9: Quanto ao controle de endividamento

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Você utiliza controle de endividamento para analisar a contratação de novos financiamentos?	Sim	9	29,0%
	Não	21	67,7%
	Não sabem/não responderam	1	3,2%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 9 observa-se uma predominância dos que não utilizam (67,7%) de algum controle de endividamento. Indicando que, assim como na tabela 8, à uma falta no emprego de instrumentos de controle, particularmente no que tange os financiamentos.

A próxima pergunta observa se apresentam algum controle e conhecimento de alguns itens utilizados na contabilidade.

Tabela 10: Controle e conhecimento quanto aos dados do negócio

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Qual dos itens abaixo você tem controle e conhecimento exatamente como ocorre no seu estabelecimento? (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Quanto vende no mês	15	48,4%
	Quanto foram os custos e despesas no mês	8	25,8%
	Quanto foi pago e quanto falta do empréstimo ou financiamento adquirido	14	45,2%
	Quanto foi o lucro/prejuízo no mês	9	29,0%
	Não tenho nenhum destes acompanhamentos mensais	11	35,5%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 10 verifica-se que aos serem expostos as alternativas em questão, 48,4% afirmaram terem conhecimento do valor que vendem mensalmente e destaca-se também que 45,2% indicaram que sabem o quanto foi pago e o restante do empréstimo ou financiamento adquiridos.

Em seguida, observa se os indivíduos apresentam alguma dificuldade na condução do negócio.

Tabela 11: Dificuldade na condução do negócio

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Existe alguma dificuldade na condução do negócio?	Sim	11	35,5%
	Não	19	61,3%
	Não sabem/não responderam	1	3,2%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 11, 61,3% afirmaram que não constaram adversidade e dos que responderam com “Sim” (35,5%) evidenciaram os seguintes empecilhos: produção, comercialização e renda, conhecimento para investir, a contabilidade do negócio, controle dos gastos, lucro e gerenciamento do capital.

Em relação ao apoio mensal de algum contador, foram unânimes e responderam que não possuíam. À vista disso, vale acentuar que as dificuldades encontradas pelos proprietários condizem com a falta de apoio de instrumentos contábeis e de profissionais capacitados para desempenhar essas funções.

A seguir indica-se a utilização das linhas de crédito do Pronaf, assim como se houve alguma dificuldade quanto ao uso e controle dos recursos.

Tabela 12: Emprego dos financiamentos rurais

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Você utiliza das linhas de crédito do programa Pronaf?	Sim	31	100%
	Não	0	0,0%
TOTAL		31	100%
Existe alguma dificuldade na utilização e controle dos financiamentos rurais?	Sim	8	25,8%
	Não	21	67,7%
	Não sabem/não responderam	2	6,5%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 12 destaca-se que todos os indivíduos já utilizaram das linhas de crédito do Pronaf e por meio exclusivamente do Banco do Nordeste. Destes, 67,7% responderam que não apresentaram dificuldades na utilização e controle dos financiamentos rurais.

Na próxima pergunta apresenta o volume médio em reais dos recursos contratados no último ano.

Tabela 13: Volume médio de financiamento rural no último ano

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Qual o volume em média do último ano de recursos contratados de financiamento rural?	Até R\$ 7.812,00	24	77,4%
	De R\$ 7.812,01 até R\$ 15.624,00	4	12,9%
	De R\$ 15.624,01 até R\$ 31.248,00	0	0,0%
	De R\$ 31.248,01 até R\$ 46.872,00	0	0,0%
	De R\$ 46.872,00 até R\$ 62.496,00	0	0,0%
	Acima de R\$ 62.496,01	0	0,0%
	Não sabem/não responderam	3	9,7%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O valor máximo contratado de recursos de terceiros pelos respondentes foi de até R\$ 15.624,00, sendo 77,4% correspondendo aos que captaram até R\$ 7.812,00. Valores que correspondem proporcionalmente ao faturamento das propriedades, verificado anteriormente na tabela 4.

A seguir foi questionado quanto a finalidade e destinações do crédito.

Tabela 14: Destinações do crédito

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Para qual finalidade você utiliza o crédito do Pronaf? (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Custeio	11	35,5%
	Investimento	29	93,5%
	Comercialização	0	0,0%
Para quais destinações do crédito você utilizou? (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Compra de insumos	14	45,2%
	Pagamento de serviços	6	19,4%
	Custos de preparo e de colheita	5	16,1%
	Compra de animais	25	80,6%
	Compra de terras	2	6,5%
	Compra de caminhonetes	0	0,0%
	Instalações e benfeitorias	10	32,3%
	Máquinas, e implementos	6	19,4%
	Pré-comercialização (armazenagem, manipulação, preservação, acondicionamento, fretes, etc.)	0	0,0%
	Pagamentos de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR)	0	0,0%
	Empréstimos a cooperativas para adiantamentos a associados	0	0,0%
	Financiamento para estocagem de produtos agropecuários	0	0,0%
	Financiamento de proteção de preços	0	0,0%
	Financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP)	0	0,0%
Outro	2	6,5%	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 14 observa-se 96,7% dos respondentes empregam para investimento e os demais para custeio. Minuciando as destinações desses créditos, as aplicações com maiores recorrências foram para compra de animais (83,3%), compra de insumos (46,7%) e para instalações e benfeitorias (33,3%).

Na próxima tabela está relacionada quanto as dificuldades apresentadas na liberação do crédito obtido pelo programa estudado.

Tabela 15: Liberação do empréstimo pelo Pronaf

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Qual a maior dificuldade em conseguir a liberação do empréstimo obtido pelo Pronaf?	Não possui dificuldade	20	64,5%
	Baixa produtividade	0	0,0%
	Burocracia	9	29,0%
	Condições (prazos, juros, etc.)	0	0,0%
	Frustração da safra	1	3,2%
	Outra	0	0,0%
	Não sabem/não responderam	1	3,2%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 15, 64,5% indicaram que não houve empecilhos, mas 29,0% expuseram a burocracia como uma adversidade nesse processo. E em seguida foram questionados quanto as atividades após o emprego dos créditos.

Tabela 16: Produção após o Pronaf

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Depois de ter começado a receber financiamento do Pronaf, sua produção:	Aumentou	19	61,3%
	Diminuiu	0	0,0%
	Permaneceu igual	11	35,5%
	Não sabem/não responderam	1	3,2%
TOTAL		31	100%
Nos dias atuais, você conseguiria manter suas atividades sem os créditos do Pronaf?	Sim	20	64,5%
	Não	11	35,5%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela 16 verifica-se que: 61,3% responderam que houve aumento na produção após o financiamento do Pronaf, 35,5% responderam que permaneceu igual, 3,2% não sabem ou não responderam e não obteve resposta que indicasse a diminuição. 64,5% responderam que conseguiriam manter os negócios sem contratar novos financiamentos.

Em seguida foram expressas as opiniões quanto as alterações em que o Pronaf poderia incorrer.

Tabela 17: Opinião sobre alterações no Pronaf

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
Em que aspecto você acha que o Pronaf deve mudar? (pode-se marcar mais de uma alternativa)	Não deve mudar	17	54,8%
	Aumento do valor do crédito	6	19,4%
	Diminuição dos juros	0	0,0%
	Exigência por parte do banco	0	0,0%
	Menos burocracia	11	35,5%
	Menos exigência de garantias	0	0,0%
	Mudança no prazo para pagamento	0	0,0%
	Outro	2	6,5%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quanto aos aspectos de alterações no programa, 56,7% responderam que não deveria mudar, mas outros indicaram a redução da burocracia (36,7%) e o aumento do valor do crédito (20,0%) como sugestões de mudança.

E por último foi perguntado quanto a importância da Contabilidade Rural na gestão nas opiniões dos respondentes.

Tabela 18: Importância da utilização da Contabilidade Rural

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	AMOSTRA	PERCENTUAL
E sobre seu ponto de vista final, acha importante a utilização da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio?	Muito importante	26	83,9%
	Importante	4	12,9%
	Moderado	0	0,0%
	Às vezes é importante	0	0,0%
	Não é importante	0	0,0%
	Não sabem/não responderam	1	3,2%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Por fim, na tabela 18 se verifica que 83,9% consideraram o emprego da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio como algo muito importante e os demais como algo importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu investigar a percepção do uso da contabilidade pelos produtores rurais contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Campina Grande no Estado da Paraíba.

Diante dos dados obtidos por meio de questionário, evidenciou-se que os respondentes demonstraram muito insatisfeitos quanto ao conhecimento da contabilidade nesse setor, uma vez que a maioria dos respondentes afirmaram não usufruir de controles de endividamento para captação de novos financiamentos. Apenas metade reconheceram conhecer quanto vende no mês, e pouco mais de um terço responderam que não utilizavam nenhum dos acompanhamentos citados na pesquisa, demonstrando assim o baixo emprego dos instrumentos gerenciais que a contabilidade dispõe.

Entretanto, vale ressaltar que 61,3% indicaram que não possuíam dificuldades quanto à condução do negócio, mas declaram como muito importante o emprego da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio (83,9%). É notório que apesar dessa declaração, o conhecimento dessa área poderia influenciar significadamente na condução do negócio, visto o auxílio no desenvolvimento das propriedades.

Quanto ao Pronaf, 67,7% informaram que não houve adversidades na utilização e controle dos financiamentos e 93,5% utilizam para investimento nas propriedades. Afirmaram não possuir dificuldade na liberação dos créditos (64,5%), mas foram mencionados alguns aspectos para aperfeiçoamento do programa, como a redução da burocracia (35,5%) e o aumento do valor do crédito (19,4%). A maioria obteve aumento após o emprego do Pronaf (61,3%), assim como conseguiriam manter a produção sem os financiamentos do programa (64,5%). À vista disso constata-se, portanto, a relevância da linha microcrédito rural como formar de fomentar a economia para os pequenos produtores rurais, no qual requer solicitude para atuar à essa população.

Por fim, destaca-se como limitação da pesquisa o baixo índice de respondentes e a amostra centralizada em uma localidade do município estudado. Como recomendação para

posteriores estudos, aponta-se a aplicação em uma população preferivelmente maior para embasar a análise estatisticamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; BORGES, M. A. D. A. A importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão para as pequenas propriedades rurais: uma revisão bibliográfica. **Revista GeTeC**, v. 9, n. 24, p. 1-18, 2020. Acesso em: 05 jun. 2023.

ALMEIDA, K. Z. Contabilidade rural: ferramentas estratégicas de apoio a gestão do Agronegócio, Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1742/1/Karini%20Zilli%20de%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 22 maio 2021.

BNDES. Pronaf Microcrédito (grupo B). **BNDES**, ca. 2020. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-microcredito-grupo-b>>. Acesso em: 8 março 2021.

BRASIL. Cartilha de acesso ao Pronaf, 2011-2012. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Planalto**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,PRONAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 26 abril 2021.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**, 2013. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_de_pesquisa_de_satisfacao_-_versao_1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

_____. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **BNDES**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 8 março 2021.

_____. Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021. **Diário Oficial da União (DOU)**, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-305691532>>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRUNI, A. L. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

CAETANO, A. L. R.; STOLL, C. B.; HELFENSTEIN, M. J. W. Classificação de Meios de Hospedagem no Brasil: O SBClass na Perspectiva do Ciclo de Políticas Públicas. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 22, n. 1, p. 24-45, jan./abr. 2020. ISSN 1983-7151.

CAVALLI, J.; BIANCHI, M. Estrutura Conceitual básica de controladoria: estudo de caso em uma empresa gaúcha do ramo metalúrgico. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/148519>>. Acesso em: 19 maio 2021.

CEPEA/USP; CNA. PIB do Agronegócio. **CNA Brasil**, 10 Março 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/sut.pib_dez_2020.9mar2021.pdf>.

CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FOSSÁ, J. L. et al. Acesso e Distribuição do Pronaf entre Agricultores Familiares no Estado de Santa Catarina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 53, p. 222-244, out./dez. 2020. ISSN 2237-6453. Acesso em: 09 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

LISKAUSKAS, S. Pronaf completa 20 anos com baixa inadimplência. **Valor Econômico**, 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2016/11/28/pronaf-completa-20-anos-com-baixa-inadimplencia.ghtml>>. Acesso em: 25 maio 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGELLA, M. S.; SILVA, W. E. D. A utilização dos recursos do programa nacional para fortalecimento da agricultura familiar no município de Mogi das Cruzes. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, v. 8, n. 2, p. 238-253, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/58950/a-utilizacao-dos-recursos-do-programa-nacional-para-fortalecimento-da-agricultura-familiar-no-municipio-de-mogi-das-cruzes>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, abr. 2010. ISSN 1413-0580.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2012, p. 139, 2012.

NÊS, D. R. D. A contabilidade e o crédito rural: uma abordagem contábil sobre o produtor rural e sua participação no PRONAF no município de Jacinto Machado/SC, Santa Catarina, Fev. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/4407>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

OLIVEIRA, J. L. S. A utilização da contabilidade como instrumento de apoio aos empreendimentos rurais: um estudo sobre a percepção dos produtores de leite da cidade de

Monteiro – PB, Monteiro, 2017. Disponível em:

<<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16255>>. Acesso em 20 dez. 2021.

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a Produção Agrícola Familiar dos Municípios Tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 01, p. 139-156, jan./mar. 2014. Acesso em: 10 maio 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAEDER, S. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121-146, jan./jun. 2014.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Coletânea de políticas públicas - volume 2**. Brasília: Enap, v. 1, 2006. p. 21-42.

TONETO JR., R.; GREMAUD, A. P. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. **Planejamento e políticas públicas**, n. 25, p. 89-104, jun./dez. 2002.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128, jan./mar. 2020. ISSN 2237-6453.

VILCKAS, M. Determinantes da tomada de decisão sobre as atividades produtivas rurais: proposta de um modelo para a produção familiar, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3586/DissMV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05 jun. 2023.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. D. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 889-912, jul./ago. 2014. Acesso em: 10 abr. 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: A contabilidade e o produtor rural: uma investigação acerca do microcrédito rural do Pronaf no município de Campina Grande/PB, sob a responsabilidade de: Vitor Manoel Gomes de Mendonça e do orientador Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão, de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

Este estudo possui como objetivo geral investigar a percepção do uso da contabilidade pelos produtores rurais contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Campina Grande no Estado da Paraíba.

Dessa forma, visto a representatividade econômica do agronegócio, principalmente a agricultura familiar, esta pesquisa se justifica em frente a necessidade de demonstrar aos produtores rurais uma ferramenta que pode auxiliar na gestão de suas propriedades. Logo, os resultados expostos através dessa pesquisa, são pertinentes e contribuirão para o alinhamento entre o trabalho prático dos agricultores associado a uma gestão estratégica.

Solicitamos a sua colaboração para participação do questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências sociais aplicadas e publicação em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, integridade física ou moral, tampouco trará quaisquer implicações que possam afetar as suas atividades, na esfera administrativa ou jurídica, sendo possível apenas o desconforto físico ou mental pelo tempo e teor da entrevista.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Vitor Manoel Gomes de Mendonça através do e-mail vitor.mendonca@aluno.uepb.com.br.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Prezado (a), me chamo Vitor Manoel Gomes de Mendonça, sou aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e este questionário faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado como: A CONTABILIDADE E O PRODUTOR RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DO MICROCRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB. O mesmo é desenvolvido sob orientação do professor Me. Diego Mentor Andrade Galvão.

Informo que este é questionário anônimo, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Agradeço desde já pela disponibilidade e colaboração ao responder o questionário.

QUESTIONÁRIO

I – DADOS REFERENTES AO RESPONDENTE

01. Qual a sua idade? _____

02. Qual o seu Gênero?

() Feminino () Masculino () Outro () Prefiro não responder

03. Nível de Escolaridade:

() Sem instrução () Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto

15. Informações utilizadas internamente pelo seu estabelecimento: (pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Controle de fluxo de caixa
- Controle de contas a pagar aos fornecedores
- Controle de contas a receber dos clientes
- Controle e acompanhamento dos estoques
- Controle e acompanhamento de custos
- Controle de saldos bancários
- Controle de dívidas com impostos/água/luz/telefone/etc
- Controle da necessidade ou sobra de dinheiro em período futuro

16. Você utiliza controle de endividamento para analisar a contratação de novos financiamentos?

- Sim Não

17. Qual dos itens abaixo você tem controle e conhecimento exatamente como ocorre no seu estabelecimento? (pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Quanto vende no mês
- Quanto foram os custos e despesas no mês
- Quanto foi pago e quanto falta do empréstimo ou financiamento adquirido
- Quanto foi o lucro/prejuízo no mês
- Não tenho nenhum destes acompanhamentos mensais

18. Existe alguma dificuldade na condução do negócio?

- Sim. Quais? _____
- Não

19. A propriedade tem algum apoio mensal de um contador? Se sim, qual o gasto mensal?

- Não possui apoio de contador
- Sim, até R\$ 250,00
- Sim, até R\$ 500,00
- Sim, até R\$ 1.000,00
- Sim, acima de R\$ 3.000,00

20. Você utiliza das linhas de crédito do programa Pronaf?

- Sim Não

21. Existe alguma dificuldade na utilização e controle desses financiamentos rurais?

- Sim Não

22. Quais as principais instituições financeiras em que trabalha? (pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Banco do Brasil
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal
- Cooperativas de Crédito
- Banco do Nordeste
- Outra. Qual? _____

23. Qual o volume em média do último ano de recursos contratados de financiamento rural?

- Até R\$ 7.812,00
- De R\$ 7.812,01 até R\$ 15.624,00
- De R\$ 15.624,01 até R\$ 31.248,00
- De R\$ 31.248,01 até R\$ 46.872,00
- De R\$ 46.872,01 até R\$ 62.496,00
- Acima de R\$ 62.496,00

24. Para qual finalidade você utiliza o crédito do Pronaf? (pode-se marcar mais de uma alternativa)
 Custeio Investimento Comercialização
25. Para quais destinações do crédito você utilizou? (pode-se marcar mais de uma alternativa)
 Compra de insumos Pagamento de serviços Custos de preparo e de colheita
 Compra de animais Compra de terras Compra de caminhonetes
 Instalações e benfeitorias Máquinas, e implementos
 Pré-comercialização (armazenagem, manipulação, preservação, acondicionamento, fretes, etc.)
 Pagamentos de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR)
 Empréstimos a cooperativas para adiantamentos a associados
 Financiamento para estocagem de produtos agropecuários
 Financiamento de proteção de preços
 Financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP)
 Outro. Qual? _____
26. Qual a maior dificuldade em conseguir a liberação do empréstimo obtido pelo Pronaf?
 Não possui dificuldade Baixa produtividade Burocracia
 Condições (prazos, juros, etc.) Frustração da safra
 Outra. Qual? _____
27. Depois de ter começado a receber financiamento do Pronaf, sua produção:
 Aumentou Diminuiu Permaneceu igual
28. Nos dias atuais, você conseguiria manter suas atividades sem os créditos do Pronaf?
 Sim Não
29. Em que aspecto você acha que o Pronaf deve mudar? (pode-se marcar mais de uma alternativa)
 Não deve mudar Aumento do valor do crédito
 Diminuição dos juros Exigência por parte do banco
 Menos burocracia Menos exigência de garantias
 Mudança no prazo para pagamento Outro. Qual? _____
30. E sobre seu ponto de vista final, acha importante a utilização da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio?
 Muito importante Importante Moderado
 Às vezes é importante Não é importante

AGRADECIMENTOS

Sobretudo, agradecer a Deus por minha vida e tudo em que nela Ele realizou, inclusive por ter me dado mais uma graça ao finalizar essa etapa.

Posteriormente a minha família pelo carinho e cuidado que cada um tem comigo. Não posso citar todos, visto a limitação de páginas, mas menciono minha mãe (Glória), minha tia (Baia), meu pai (Manoel, *in memoriam*), meu avô (José, *in memoriam*), meus irmãos (Otávio,

Ginalva, Gilda, Gerlane e Girlene) e sobrinhos (Giovana, Gustavo, Rayane, Adriele e Brenda – até então).

Aos meus amigos que me suportaram (até hoje não compreendo como), mas que me ajudaram sempre que solicitados. Aqui faço menção honrosa ao Drama dos Peculiares (Alberta, Bia e Mateus), Pirâmide (Sheila e Wesley) e Restam 4 (com Héllen) pelo apoio nas mais variadas colaborações.

Agradecer a minha comunidade, Sítio Monte Alegre, que deram assistência para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas e professores de curso que contribuíram ao longo dessa jornada (aos que não contribuíram, que Deus abençoe). Em especial, agradeço ao professor e orientador Me. Diego Mentor pela paciência (e muita paciência) em todo esse processo.